

Izabel Sadalla Grispino *

São vários os aspectos a serem enfocados sobre o analfabetismo no País, em crianças na faixa de 10 anos. Ressaltaremos alguns. Segundo pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgadas em 29 de novembro de 2002, 11,4% da população infantil são analfabetos. As cidades de médio porte levam grande desvantagem no quesito educação. São 383 mil crianças, dos sexos masculino e feminino, de 10 anos, a maioria de municípios de médio porte.

Considera-se um dos melhores indicadores para medir o nível educacional a taxa de analfabetismo das crianças de 10 anos. O índice varia de 5,4% nas grandes cidades, percentual considerado aceitável pelas Nações Unidas, até 18,7% nas cidades que têm entre 20 mil e 50 mil habitantes. O IBGE demonstrou que os municípios pequenos têm taxas de alfabetização infantil melhores que os médios, porque as prefeituras conseguem controlar com mais facilidade seus moradores. As baixíssimas taxas de analfabetismo no Sul contribuem, segundo o IBGE, para diminuir a média nacional.

O analfabetismo infantil varia de taxas altas, como 33% em Alagoas, para baixíssimos, como 1,7% em Santa Catarina. Em nível de escolaridade, a média vai de 8,1 anos de estudos em Brasília, a apenas 1,8 ano nas cidades de até 5 mil habitantes no Piauí. Há diferença entre municípios de um mesmo Estado, como no Maranhão, onde na capital a média de escolaridade é de 7,5 anos de estudos e nas cidades com até 5 mil habitantes cai para apenas 2 anos de estudos.

Em termos de analfabetismo infantil, temos ainda muito que avançar, que quebrar barreiras. O analfabetismo condena milhares de pessoas a uma vida sem perspectivas, vivendo miseravelmente.

Além do analfabetismo, temos ainda que considerar a má qualidade do ensino. O exame do Ministério da Educação, o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Básico (Saeb), não mostra

melhora significativa no desempenho médio dos alunos desde 1991, e piorou nos dois últimos anos. O Saeb mostrou que os alunos de 8.^a série dominam, na média, os conteúdos esperados dos da 4.^a série, e os da 4.^a série mal sabem decodificar as palavras que lêem.

Um teste aplicado pela Fundação Carlos Chagas em escolas de 52 municípios de 25 Estados demonstrou que os conhecimentos dos professores são próximos dos esperados dos alunos da 4.^a série.

Uma pesquisa que nos coloca na realidade brutal do nosso processo educacional é a intitulada “A Escola vista por dentro”, feita pelo ex-secretário do Ministério da Educação, João Batista Araújo e Oliveira, e pelo ex-presidente do IBGE, Simon Schwartzman. Estes autores sintetizaram, pelas respostas dadas a um questionário, o que é considerado “normal” entre professores, escolas e sistemas de ensino. Para os que não tomaram conhecimento da pesquisa, vale a pena conferir: “É normal não cumprir o ano letivo; é normal perder de 30 a 40% dos alunos sem que eles adquiram os conhecimentos para prosseguir os estudos; é normal enturmar alunos em classes onde eles não conseguem acompanhar o conteúdo e os ritmos dos trabalhos; é normal passar dever de casa que necessita de ajuda dos pais, mesmo sabendo que eles não podem ajudar; é normal começar o ano letivo sem professores designados para as turmas; é normal destacar professores sem habilitação para lecionar e sem conhecimentos elementares de português ou matemática; é normal operar escolas sem coordenação pedagógica, sem bibliotecas; é normal culpar os alunos e pais pelo fracasso dos filhos”.

O Brasil vem perdendo conceito geral e o trágico desempenho das escolas públicas ameaça o futuro do País, afirmam os especialistas. Não é redundante lembrar o vexame sofrido em 2000, quando os estudantes brasileiros, entre alunos de 15 anos de 32 países, ficaram em último lugar em capacidade de ler e escrever, na avaliação feita pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em Paris. O exame foi supervisionado por uma técnica brasileira, que observou que muito dos alunos brasileiros nem sequer conseguiam ler as perguntas.

Diante do quadro exposto, como promover justiça social dentro de tanta desigualdade educacional? Soluções para as deficiências das escolas não são simples e nem rápidas. Educação boa é cara, é preciso real investimento, acompanhado de real mobilização da vontade política. Melhorar o ensino público é ponto capital para promover a justiça social. A má qualidade de ensino atinge gerações de jovens, leva-os a uma vida de apagado horizonte.

* Supervisora de ensino aposentada.□□□□□□ □
(Publicado em janeiro/2003)